

Copyright da tradução, notas e posfácio  
© 2006 by Paulo César Lima de Souza

Título original:  
*Götzen-Dämmerung oder Wie man mit  
dem Hammer philosophiert* [1888]

Capa:  
*João Baptista da Costa Aguiar*

Preparação:  
*Márcia Copola*

Índice remissivo:  
*Daniel A. de André*

Revisão:  
*Otacílio Nunes  
Isabel Jorge Cury*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Nietzsche, Friedrich, 1844-1900.  
Crepúsculo dos ídolos, ou, Como se filosofa com o  
martelo / Friedrich Wilhelm Nietzsche ; tradução, notas e  
posfácio Paulo César de Souza. — São Paulo :  
Companhia das Letras, 2006.

Título original: *Götzen Dämmerung oder Wie man  
mit dem Hammer philosophiert*  
ISBN 85-359-0770-X

I. Filosofia 2. Nietzsche, Friedrich Wilhelm, 1844-  
1900 I. Título. II. Título: Como se filosofa com o martelo.

05-9291

CDD-100

Índice para catálogo sistemático:  
I. Filosofia 100

[2006]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.  
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32  
04532-002 — São Paulo — SP  
Telefone: (11) 3707-3500  
Fax: (11) 3707-3501  
www.companhiadasletras.com.br

## ÍNDICE

Prólogo .....	7
I. Máximas e flechas .....	9
II. O problema de Sócrates .....	17
III. A “razão” na filosofia .....	25
IV. Como o “mundo verdadeiro” se tornou finalmente fábula .....	31
V. Moral como antinatureza .....	33
VI. Os quatro grandes erros .....	39
VII. Os “melhoradores” da humanidade .....	49
VIII. O que falta aos alemães .....	55
IX. Incursões de um extemporâneo .....	63
X. O que devo aos antigos .....	101
Fala o martelo .....	109
Notas .....	111
Apêndice: Cartas sobre <i>Crepúsculo dos ídolos</i> .....	131
Posfácio .....	139
Índice remissivo .....	141

Nós, imoralistas, pelo contrário, abrimos nosso coração a toda espécie de entendimento, compreensão, *abonação*. Nós não negamos facilmente, buscamos nossa distinção em sermos *afirmadores*. Cada vez mais nossos olhos atentaram para essa economia que necessita e sabe aproveitar tudo o que é rejeitado pelo santo desatino do sacerdote, a *doente* razão do sacerdote, para essa economia que há na lei da vida, que mesmo das repugnantes espécies do santarrão, do sacerdote, do virtuoso tira sua vantagem — qual vantagem? — Mas nós mesmos, imoralistas, somos aqui a resposta...

## VI OS QUATRO GRANDES ERROS

### 1.

*Erro da confusão de causa e consequência.* — Não há erro mais perigoso do que *confundir a consequência e a causa*: eu o denomino a verdadeira ruína da razão. Porém, esse erro está entre os mais antigos e mais novos hábitos da humanidade: ele é até santificado entre nós, leva o nome de “religião”, “moral”. *Cada tese* formulada pela religião e pela moral o contém; sacerdotes e legisladores da moral são os autores dessa corrupção da razão. — Eis um exemplo: todos conhecem o livro do famoso Cornaro,<sup>44</sup> em que ele recomenda sua exígua dieta como receita para uma vida longa e feliz — e também virtuosa. Poucas obras foram tão lidas, ainda agora milhares de exemplares são impressos anualmente na Inglaterra. Duvido que algum livro (excetuando-se, naturalmente, a Bíblia) tenha causado tanto mal, tenha *abreviado* tantas vidas, como esse bem-intencionado *curiosum* [coisa curiosa]. Razão para isso: a confusão entre o efeito e a causa. O bom italiano via em sua dieta a *causa* de sua longa vida: ao passo que a *precondição* para uma longa vida, a extraordinária lentidão do metabolismo, o baixo consumo, era a causa de sua exígua dieta. Ele não tinha a liberdade de comer pouco *ou* muito, sua frugalidade *não* era um “livre-arbítrio”: ele ficava doente quando comia mais. Mas quem não é uma carpa<sup>45</sup> não só faz bem em comer *propriamente*, mas disso tem necessidade. Um erudito de *nossa* época, com

seu rápido consumo de energia nervosa, se destruiria com o regime de Cornaro. *Crede experto* [Creia no perito]. —<sup>46</sup>

2.

A fórmula geral que se encontra na base de toda moral e religião é: “Faça isso e aquilo, não faça isso e aquilo — assim será feliz! Caso contrário...”. Toda moral, toda religião é esse imperativo — eu o denomino o grande pecado original da razão, a *desrazão imortal*. Em minha boca essa fórmula se converte no seu oposto — *primeiro* exemplo de minha “tresvaloração de todos os valores”: um ser que vingou, um “feliz”, *tem* de realizar certas ações e receia instintivamente outras, ele carrega a ordem que representa fisiologicamente para suas relações com as pessoas e as coisas. Numa fórmula: sua virtude é o *efeito* de sua felicidade... Vida longa, prole abundante, isso *não* é recompensa da virtude; a virtude mesma é, isto sim, essa desaceleração do metabolismo que, entre outras coisas, tem por conseqüência uma vida longa, uma prole abundante, em suma, o *cornarismo*. — A Igreja e a moral dizem: “o vício e o luxo levam uma estirpe ou um povo à ruína”. Minha razão *restaurada* diz: se um povo se arruína, degenera fisiologicamente, *seguem-se* daí o vício e o luxo (ou seja, a necessidade de estímulos cada vez mais fortes e mais freqüentes, como sabe toda natureza esgotada). Um homem jovem fica prematuramente pálido e murcho. Seus amigos dizem: tal ou tal doença é responsável por isso. Eu digo: o fato de ele adoecer, de não resistir à doença, já foi conseqüência de uma vida debilitada, de um esgotamento hereditário. O leitor de jornais diz: esse partido se arruína cometendo tal erro. Minha política *mais elevada* diz: um partido que comete tais erros está no fim — já não tem sua segurança de instinto. Cada erro, em todo sentido, é conseqüência da degeneração do instinto, da desagregação da vontade: com isso praticamente se define o *ruim*. Tudo *bom* é instinto — e, portanto, leve, necessário, livre. O esforço é uma objeção, o deus se diferencia tipicamente do

herói (na minha linguagem: pés *ligeiros* são o primeiro atributo da divindade).

3.

*Erro de uma falsa causalidade*. — Em todos os tempos as pessoas acreditaram saber o que é uma causa: mas de onde tiramos nosso saber, ou, mais precisamente, a crença de sabermos? Do âmbito dos famosos “fatos interiores”, dos quais nenhum, até hoje, demonstrou ser real. Acreditávamos ser nós mesmos causais no ato da vontade; aí pensávamos, ao menos, *flagrar no ato* a causalidade. Tampouco se duvidava que todos os *antecedentia* de uma ação, suas causas, deviam ser buscados na consciência e nela se achariam novamente, ao serem buscados — como “motivos”: de outro modo não se teria sido livre para fazê-la, responsável por ela. Afinal, quem discutiria que um pensamento é causado? Que o Eu causa o pensamento?... Desses três “fatos interiores”, com que parecia estar garantida a causalidade. O primeiro e mais convincente é o da *vontade como causa*; a concepção de uma consciência (“espírito”) como causa e, mais tarde, a do Eu (“sujeito”) como causa nasceram posteriormente, depois que a causalidade da vontade se firmou como dado, como algo *empírico*... Nesse meio-tempo refletimos melhor. Hoje não acreditamos em mais nenhuma palavra disso. O “mundo interior” é cheio de miragens e fogos-fátuos: a vontade é um deles. A vontade não move mais nada; portanto, também não explica mais nada — ela apenas acompanha eventos, também pode estar ausente. O que chamam de “motivo”: outro erro. Apenas um fenômeno superficial da consciência, um acessório do ato, que antes encobre os *antecedentia* de um ato do que os representa. E quanto ao Eu! Tornou-se uma fábula, uma ficção, um jogo de palavras: cessou inteiramente de pensar, de sentir e de querer!... Que resulta disso? Não há causas mentais absolutamente! Toda a sua suposta evidência empírica foi para o diabo! Eis o que resulta disso! — E havíamos cometido um belo abuso com

essa “evidência empírica”, com base nela havíamos *criado* o mundo como um mundo de causas, um mundo de vontade, um mundo de espíritos. A mais antiga e mais duradoura psicologia estava atuando aqui, não fazia outra coisa: para ela, todo acontecer é um agir, todo agir é consequência de uma vontade, o mundo tornou-se-lhe uma multiplicidade de agentes, um agente (um “sujeito”) introduziu-se por trás de todo acontecer. O homem projetou fora de si os seus três “fatos interiores”, aquilo em que acreditava mais firmemente, a vontade, o espírito, o Eu — extraiu a noção de ser da noção de Eu, pondo as “coisas” como existentes à sua imagem, conforme sua noção do Eu como causa. É de admirar que depois encontrasse, nas coisas, apenas o *que havia nelas colocado?* — A coisa mesma, repetindo, a noção de coisa, [é] apenas um reflexo da crença no Eu como causa... E até mesmo o seu átomo, meus caros mecanicistas e físicos, quanto erro, quanta psicologia rudimentar permanece ainda em seu átomo! — Para não falar da “coisa em si”, do *horrendum pudendum* [horrível parte pudenda] dos metafísicos! O erro do espírito como causa confundido com a realidade! E tornado medida da realidade! E denominado *Deus!* —

4.

*Erro das causas imaginárias.* — Partindo do sonho: a uma determinada sensação, devida a um longínquo tiro de canhão, por exemplo, é atribuída posteriormente uma causa (muitas vezes todo um pequeno romance, no qual justamente o sonhador é o personagem principal). A sensação perdura, enquanto isso, numa espécie de ressonância: ela como que aguarda até que o impulso causal lhe permita passar a primeiro plano — não mais como acaso, mas como “sentido”. O tiro de canhão aparece numa maneira *causal*, numa aparente inversão do tempo. O ulterior, a motivação, é vivenciado primeiramente, muitas vezes com inúmeros detalhes que passam como um raio, e o tiro vem depois... Que aconteceu? As idéias *produzidas* por uma certa condição foram mal-entendidas como *causas* dela. — Na verdade,

fazemos a mesma coisa acordados. A maioria de nossos sentimentos gerais — todo tipo de inibição, pressão, tensão, explosão no jogo dos órgãos, assim como, particularmente, o estado do *nervus sympathicus* — excita nosso impulso causal: queremos uma *razão* para nos acharmos *assim ou assim* — para nos acharmos bem ou nos acharmos mal. Nunca nos basta simplesmente constatar o fato de que nos achamos assim ou assim: só admitimos esse fato — dele nos tornamos *conscientes* —, ao lhe darmos algum tipo de motivação. — A recordação, que nesses casos entra em atividade sem que o saibamos, faz emergir estados anteriores da mesma espécie e as interpretações causais a eles ligadas — *não* a sua causalidade. Sem dúvida, a crença de que as idéias, os concomitantes processos conscientes tenham sido as causas é também trazida à tona pela recordação. Desse modo nos tornamos *habitados* a uma certa interpretação causal que, na verdade, inibe e até exclui uma *investigação* da causa.

5.

*Explicação psicológica para isso.* — Fazer remontar algo desconhecido a algo conhecido alivia, tranqüiliza, satisfaz e, além disso, proporciona um sentimento de poder. Com o desconhecido há o perigo, o desassossego, a preocupação — nosso primeiro instinto é *eliminar* esses estados penosos. Primeiro princípio: alguma explicação é melhor que nenhuma. Tratando-se, no fundo, apenas de um querer livrar-se de idéias opressivas, não se é muito rigoroso com os meios de livrar-se delas: a primeira idéia mediante a qual o desconhecido se declara conhecido faz tão bem que é “tida por verdadeira”. Prova do *prazer* (“da força”) como critério da verdade. — O impulso causal é, portanto, condicionado e provocado pelo sentimento de medo. O “por quê” deve, se possível, fornecer não tanto a causa por si mesma, mas antes uma *espécie de causa* — uma causa tranqüilizadora, liberadora, que produza alívio. O fato de ser estabelecido como

causa algo já *conhecido*, vivenciado, inscrito na recordação é a primeira conseqüência desta necessidade. O novo, o não-vivenciado, o estranho é excluído como causa. — Portanto, não se busca apenas um tipo de explicações como causa, mas um tipo *seleto e privilegiado* de explicações, aquelas com que foi eliminado da maneira mais rápida e mais freqüente o sentimento do estranho, novo, não-vivenciado — as explicações *mais habituais*. — Conseqüência: um tipo de colocação de causas prepondera cada vez mais, concentra-se em forma de sistema e enfim aparece como *dominante*, isto é, simplesmente excluindo *outras* causas e explicações. — O banqueiro pensa de imediato no “negócio”, o cristão, no “pecado”, a garota, em seu amor.

6.

*Todo o âmbito da moral e da religião se inscreve nesse conceito das causas imaginárias.* — “Explicação” dos sentimentos gerais *desagradáveis*. Estes são determinados por seres que nos são hostis (espíritos maus: caso mais famoso — a má compreensão das históricas como sendo bruxas). São determinados por ações que não podem ser aprovadas (o sentimento do “pecado”, da “pecaminosidade”, introduzido num mal-estar fisiológico — sempre se acha razões para estar insatisfeito consigo). São determinados como castigo, como pagamento por algo que não devíamos ter feito, que não devíamos ter *sido* (generalizado por Schopenhauer, de forma impudente, numa tese em que a moral aparece como o que é, como verdadeira envenenadora e caluniadora da vida: “Toda grande dor, seja física, seja espiritual, exprime o que merecemos; pois não poderia nos sobrevir se não a merecêssemos”, *O mundo como vontade e representação*, II, 666).<sup>47</sup> São determinados como conseqüências de atos irrefletidos que têm desfecho ruim (— os afetos, os sentidos colocados como causa, como “culpáveis”; crises fisiológicas interpretadas, com ajuda de *outras* crises, como “merecidas”). — “Explicação” dos sentimentos gerais *agradáveis*. Estes são determinados pela confiança em Deus. São deter-

minados pela consciência das boas ações (a chamada “boa consciência”, um estado fisiológico que às vezes semelha uma boa digestão a ponto de ser com ela confundido). São determinados pelo desenlace feliz de um empreendimento (— ingênua falácia: o desenlace feliz de uma empresa não cria sentimentos gerais agradáveis num hipocondríaco ou num Pascal). São determinados por fé, amor, esperança — as virtudes cristãs.<sup>48</sup> — Na verdade, todas essas supostas explicações são estados *resultantes* e, por assim dizer, traduções de sentimentos de prazer ou desprazer em um falso dialeto: pode-se ter esperança *porque* o sentimento fisiológico básico está novamente rico e forte; confia-se em Deus *porque* o sentimento de força e plenitude dá tranquilidade. — A moral e a religião inscrevem-se inteiramente na *psicologia do erro*: em cada caso são confundidos efeito e causa; ou a verdade é confundida com o efeito do que se *acredita* como verdadeiro; ou um estado da consciência, com a causalidade desse estado.

7.

*Erro do livre-arbítrio.* — Hoje não temos mais compaixão pelo conceito de “livre-arbítrio”: sabemos bem demais o que é — o mais famigerado artifício de teólogos que há, com o objetivo de fazer a humanidade “responsável” no sentido deles, isto é, de *torná-la deles dependente*... Apenas ofereço, aqui, a psicologia de todo “tornar responsável”. — Onde quer que responsabilidades sejam buscadas, costuma ser o instinto de *querer julgar e punir* que aí busca. O vir-a-ser é despojado de sua inocência, quando se faz remontar esse ou aquele modo de ser à vontade, a intenções, a atos de responsabilidade: a doutrina da vontade foi essencialmente inventada com o objetivo da punição, isto é, de *querer achar culpado*. Toda a velha psicologia, a psicologia da vontade, tem seu pressuposto no fato de que seus autores, os sacerdotes à frente das velhas comunidades, quiseram criar para si o *direito* de impor castigos — ou criar para Deus esse direito...

Os homens foram considerados “livres” para poderem ser julgados, ser punidos — ser *culpados*: em conseqüência, toda ação *teve* de ser considerada como querida, e a origem de toda ação, localizada na consciência (— assim, a *mais fundamental* falsificação de moeda *in psychologicis* [em questões psicológicas] transformou-se em princípio da psicologia mesma...). Hoje, quando encetamos o movimento *inverso*, quando nós, imoralistas, buscamos com toda a energia retirar novamente do mundo o conceito de culpa e o conceito de castigo, e deles purificar a psicologia, a história, a natureza, as sanções e instituições sociais, não existem, a nossos olhos, adversários mais radicais do que os teólogos, que, mediante o conceito de “ordem moral do mundo”, continuam a empestar a inocência do vir-a-ser com “culpa” e “castigo”. O cristianismo é uma metafísica do carrasco...

## 8.

Qual pode ser a *nossa* doutrina? — Que ninguém dá ao ser humano suas características, nem Deus, nem a sociedade, nem seus pais e ancestrais, nem *ele próprio* (— o contra-senso dessa última idéia rejeitada foi ensinado, como “liberdade inteligível”, por Kant, e talvez já por Platão).<sup>49</sup> *Ninguém* é responsável pelo fato de existir, por ser assim ou assado, por se achar nessas circunstâncias, nesse ambiente. A fatalidade do seu ser não pode ser destrinchada da fatalidade de tudo o que foi e será. Ele *não* é conseqüência de uma intenção, uma vontade, uma finalidade próprias, com ele não se faz a tentativa de alcançar um “ideal de ser humano” ou um “ideal de felicidade” ou um “ideal de moralidade” — é absurdo querer empurrar o seu ser para uma finalidade qualquer.<sup>50</sup> *Nós* é que inventamos o conceito de “finalidade”: na realidade *não* se encontra finalidade... Cada um é necessário, é um pedaço de destino, pertence ao todo, *está* no todo — não há nada que possa julgar, medir, comparar, condenar nosso ser, pois isto significaria julgar, medir, comparar, condenar o todo... *Mas não existe nada fora do todo!* — O fato

de que ninguém mais é feito responsável, de que o modo do ser não pode ser remontado a uma *causa prima*, de que o mundo não é uma unidade nem como *sensorium* nem como “espírito”, *apenas isto é a grande libertação* — somente com isso é novamente estabelecida a *inocência do vir-a-ser*... O conceito de “Deus” foi, até agora, a maior *objeção* à existência... Nós negamos Deus, nós negamos a responsabilidade em Deus: apenas *assim* redimimos o mundo. —